

APLICAÇÕES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL EM JABOATÃO DOS GUARARARES-PE

EDNEA RODRIGUES DE ALBUQUERQUE

Professora/técnica da SME/Jaboatão dos Guararapes/PE, ednearo27@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa, realizada em Jaboatão dos Guararapes-PE, durante 4 semestres, analisou as práticas pedagógicas inclusivas e o processo de inclusão de estudantes com deficiência no Atendimento Educacional Especializado-AEE. Este recorte apresenta os resultados de políticas públicas com enfoque na estrutura física/organizacional de uma escola. A partir da legislação específica, adotou-se uma metodologia qualitativa, baseada na técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977). Os resultados revelaram avanços significativos: instalação e funcionamento do setor de AEE e das Salas de Recursos Multifuncionais; aquisição de material didático/pedagógico e uso de tecnologia assistiva. No entanto, persistem inúmeros obstáculos ao processo de inclusão plena dos estudantes com deficiência. As políticas públicas educacionais estabelecem diretrizes para viabilizar o processo de escolarização do aluno com deficiência, mas existe um hiato entre o discurso da inclusão e a realidade pesquisada. O avanço da democratização do ensino não tem garantido acesso e permanência do estudante com e sem algum tipo de deficiência.

Palavras-chave: Inclusão Escolar; Prática Pedagógica; Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

Na literatura especializada em Educação Especial, há registros relativos à evolução do atendimento aos alunos com deficiência, que revelam marcas de exclusão, segregação, integração e, também, prenúncios da inclusão. Na história da humanidade, percebe-se, em cada período histórico, o grau de marginalização ou de aceitação da sociedade em relação às pessoas, que rompem os padrões considerados normais.

Desse modo, o conjunto dos marcos legais brasileiros desde a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), entre outros, reconhecem a transversalidade da educação especial para as modalidades e níveis de ensino, assim como, a implantação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas unidades de ensino, no espaço instituído como a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM).

Trazendo um recorte mais específico da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), observa-se que o AEE passa a ser um dos objetivos principais para a efetivação da educação inclusiva. Em suas diretrizes, o AEE tem funções definidas com o objetivo de identificar, elaborar, organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que visam eliminar barreiras físicas e atitudinais, a fim de garantir a participação dos estudantes público da educação especial e suas necessidades específicas.

Neste sentido, surgiram os seguintes questionamentos: as práticas pedagógicas desenvolvidas na SRM por meio do Atendimento Educacional Especializado na Rede Pública de Ensino estariam apenas no discurso do politicamente correto, ou estariam materializando o direito de escolarização do estudante com deficiência para a suplementação e complementação da aprendizagem? Como o sistema municipal do Jaboatão dos Guararapes recepcionou e implementou a atual política de educação inclusiva? Com a intenção de encontrar respostas para estes questionamentos, tornou-se necessário enfocar algumas determinações/orientações das políticas públicas desta área.

2. POLÍTICA EDUCACIONAL DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

As orientações postuladas na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) inspiram os sistemas públicos

de ensino a organizar e implantar o AEE como um serviço, que se constitui em um suporte nas instituições, com o objetivo de suplementar e complementar a aprendizagem do seu público: alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades.

Tendo em vista o direito à educação e à oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, tornam-se necessárias a sistematização e a organização dos serviços especializados com a finalidade de atender às diversas demandas dos alunos com deficiência matriculados na educação básica. Por conseguinte, é urgente a inclusão do aluno com deficiência na rede pública municipal, o que exige das instituições de ensino a implantação de mais um serviço especializado as salas de recursos multifuncionais que, no cenário educacional, atuam de forma propositiva. A ampliação das condições do atendimento especializado na Rede Municipal de Ensino contribui para que as condições dos processos de ensino e aprendizagem sejam legitimadas e, assim, o compromisso social e político com o desenvolvimento integral e escolar dos alunos com deficiência se tornam efetivo.

Em relação às questões específicas da inclusão do aluno com deficiência no Ensino Fundamental e Educação Infantil, a promoção de programas e de projetos para a formação inicial e continuada do docente tem se tornado uma premente necessidade. No município do Jaboatão dos Guararapes-PE, a preocupação em efetivar o AEE insere-se em uma premissa do Governo Federal em consonância com a política estadual, de acordo com as orientações postuladas nos documentos oficiais.

Assim, para garantir o AEE na rede de ensino, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Nº 9394/96, em seus Artigos 58, 59 e 60 do Capítulo V, anuncia a necessidade do apoio pedagógico aos alunos com deficiência. No entanto, não oferece detalhes sobre essa forma de apoio.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) esclarecem que o serviço educacional de apoio especializado diversificado deverá ser oferecido em escola comum para responder às necessidades educacionais especiais do educando e pode ser desenvolvido:

- a) nas classes comuns, mediante atuação de professor da educação especial, de professores intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis e de outros profissionais; itinerância intra e interinstitucional e outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação;

b) em salas de recursos, nas quais o professor da educação especial realiza a complementação e ou suplementação curricular, utilizando equipamentos e materiais específicos (BRASIL, 2001, p. 42).

De acordo com as bases legais em vigor, que fundamentam e sustentam a implantação de Centros de Atendimento Educacional Especializado, destacam-se: a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), o Decreto Nº 6.571/2008, que dispõe sobre a política de financiamento e do atendimento educacional especializado; a Resolução CNE/CEB Nº 4/2009 institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado - AEE, na Educação Básica; a Nota Técnica - SEESP/GAB/Nº9/2010 expressa as orientações para a organização de Centros de Atendimento Educacional Especializado. Há mais um documento, que expressa as orientações para a institucionalização da oferta do atendimento educacional especializado em Salas de Recursos Multifuncionais: a Norma Técnica - SEESP/GAP/Nº 11/2010.

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), as considerações sobre o AEE mostram a necessidade de disponibilizar programas de enriquecimento curricular, tais como: ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, técnicas e tecnologia assistiva. Especifica que [...] “O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 21).

Reiteram-se os objetivos propostos na Política Nacional da Educação Especial (2008, p.19) para os sistemas de ensino, que firmam seus propósitos referentes ao acesso, à participação e à aprendizagem dos alunos com deficiência, pois garantem:

[...] Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e articulação intersetorial na implantação das políticas públicas.

Em relação às formas de disponibilizar os serviços especializados, no que tange à função dos Centros de Atendimento Educacional Especializado, a Nota Técnica - MEC/SEESP/GAB/Nº. 9/2010, declara:

- I. A oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE, de forma não substitutiva à escolarização dos alunos público alvo da educação especial, no contra turno do ensino regular;
- II. A organização e a disponibilização de recursos e serviços pedagógicos e de acessibilidade para atendimento às necessidades educacionais específicas destes alunos; e
- III. A interface com as escolas de ensino regular, promovendo os apoios necessários que favoreçam a participação e aprendizagem dos alunos nas classes comuns, em igualdade de condições com os demais alunos (BRASIL, 2010, p.2).

O Município do Jaboatão dos Guararapes iniciou a implantação do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), na Regional Jaboatão/Centro, no Centro de Reabilitação e Educação Especial (CREE). Instituição que, no período de 1996 a 2010, manteve a escolarização dos alunos com deficiência no modelo de classes especiais.

O AEE requer uma ampla variedade de recursos e serviços educacionais, visando atender a diversidade dos docentes e discentes nos estabelecimentos de ensino. Logo, a operacionalização pelos sistemas de ensino deve potencializar o serviço especializado previsto nos dispositivos das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (2001, p.42): “[...] são os serviços educacionais diversificados oferecidos pela escola comum para responder às necessidades educacionais do educando.”

Assim, o serviço de apoio pedagógico especializado requer um sistema colaborativo entre professores, que atuam em diferentes funções. Ou seja, aqueles que trabalham em classes comuns, salas de recursos, professores-intérpretes. Nesse caso, a modalidade de ensino Educação Especial passa a assumir uma dupla função: atender a todos os discentes com deficiência, que requerem atendimento educacional e apoiar os docentes sob cuja responsabilidade esses alunos se encontram.

O Decreto Nº 6.571/2008, que dispõe sobre a política de financiamento e do atendimento educacional especializado, reafirma a definição do AEE, uma que, em seu § 1º do Art. 1º considera que o serviço especializado assume um caráter complementar e suplementar na realização das atividades diferentes daquelas que são vivenciadas em sala de aula

regular, mantendo-se de forma articulada com a proposta pedagógica do ensino comum.

Por isso, convém ressaltar que a oferta do AEE na rede de ensino é dever dos órgãos públicos, mas opcional para os educandos. O atendimento deve ocorrer em outro turno, preferencialmente na própria escola em que o aluno está matriculado, ou ainda, em centro especializado que realize o atendimento educacional.

Nesta perspectiva, o Município do Jaboatão dos Guararapes-PE, em sua Rede de ensino, dispunha de três dos programas instituídos pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), tais como: Diretoria de Políticas de Educação Especial (DPEE), Programa Escola Acessível, Programa Salas Multifuncionais e Programa *Educação Inclusiva: direito à diversidade*.

O Programa *Escola Acessível* objetiva promover condições de acessibilidade no ambiente físico e nos recursos didáticos e pedagógicos e, também, facilitar a comunicação e a informação entre as escolas públicas de ensino regular. Procura, ainda, garantir a adequação arquitetônica: rampas, sanitários, vias de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora; aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia, bebedouros e mobiliários acessíveis.

No município, o Programa *Escola Acessível*, iniciado em 2007, teve a seguinte configuração: Jaboatão/centro (três escolas); Cavaleiro (quatro escolas); Curado (uma escola); Muribeca (uma escola); Prazeres (duas escolas); Praias (duas escolas); Guararapes (uma escola), que perfazem um total de quatorze instituições.

Do total das quatorze instituições, apenas, em dez escolas, foram efetivados a construção de rampas e adaptação de banheiros. A promoção da acessibilidade enfrenta os seguintes empecilhos: condições patrimoniais dos prédios que são alugados; problemas no cadastro do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC), portal operacional e de gestão do MEC, que trata do orçamento e monitoramento das propostas *on-line* do Governo Federal na área da educação; ausência de um plano de ação por escola, com as metas para acessibilidade.

Convém reafirmar e ressaltar que o Programa Salas de Recursos Multifuncionais tem como finalidade apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos alunos com deficiência, transtornos

globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, matriculados em classes comuns do ensino regular.

Nesse sentido, o Sistema Público Federal disponibilizou para as escolas públicas de ensino regular um conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço do AEE. Coube ao Sistema Municipal a seguinte contrapartida: disponibilização de espaço físico para implantação dos serviços nas salas multifuncionais ou centros especializados; organização dos equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade, bem como do professor para atuar no AEE.

3. METODOLOGIA

Levando em consideração os direcionamentos basilares oriundos das políticas públicas enfocadas acima, fez-se a opção metodológica desta pesquisa com ênfase na análise de documentos. De acordo com Ludke e André (1986), a análise documental constitui um instrumento indispensável à pesquisa qualitativa para complementar informações obtidas e para desvelar aspectos novos de um tema ou problema. O pesquisador poderá utilizar materiais que não receberam tratamento analítico e vive muito da crítica histórica.

Os documentos são registros escritos que oferecem informações em prol da compreensão de fatos e relações, isto é, possibilitam o conhecimento de ações e/ou situações vivenciadas em determinado período, reconstruindo seus antecedentes, uma vez que revelam aspectos de determinados grupos sociais em um tempo. Nesta pesquisa, utilizou-se a análise documental para se identificar como ocorreu a adesão e a implementação da atual política de educação inclusiva no sistema municipal do Jaboatão dos Guararapes-PE.

Para desenvolver esta pesquisa, tornou-se indispensável examinar e investigar diversos componentes da Rede de ensino municipal, portanto, além dos documentos nacionais, foram selecionados documentos referentes à política inclusiva local, tais como: “De Raízes a Frutos na busca de saber viver um programa de Ensino Democrático” 1989 – 1992 (1992); o Plano Municipal de Educação (2011-2020), a Proposta Curricular vigente no município (2011) e Projeto Político Administrativo-Pedagógico Escola Luz do Sol (2012)

Esse material foi lido e relido para se construir/reconstruir o processo de atendimento educacional às pessoas com deficiência no município,

com ênfase no modo como a política educacional inclusiva nacional foi implementada no município e como a Escola Luz do Sol incorporou as intenções e as proposições dessa política em sua proposta pedagógica.

Durante a análise, todas as questões propostas para esta pesquisa foram retomadas na tentativa de respondê-las. O *corpus* resultante dos documentos, registros das observações foram discutidos, seguindo a orientação de Bardin (1997) para análise do conteúdo. Entende-se que adotar esse suporte analítico implica em buscar, interpretar as informações, captando e refinando seus sentidos e significados. Conforme a autora, análise de conteúdo significa:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1997, p.37).

De acordo com Franco (2005, p.20), a análise de conteúdo inicia-se com observação do modo como a mensagem é expressa: de forma verbal, escrita ou imagética, mas sempre vinculada às condições, nas quais são produzidas pelos sujeitos. Para Franco: “[...] a análise de conteúdo é um procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem”.

Morais (1999, p.2) afirma que a análise de conteúdo “[...] constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias.”

Triviños (1987) destaca algumas peculiaridades da análise de conteúdo: estuda as situações comunicativas entre os atores sociais, com ênfase no conteúdo das mensagens; possibilita a “inferência” decorrente das informações apreendidas do conteúdo das mensagens, ou que se levantam como resultado do estudo dos dados existentes nas comunicações. Além disso, permite o uso de múltiplas técnicas e recursos metodológicos tais como: codificação, classificação e categorização, elementos indispensáveis quando se busca apreender o dito e o não-dito de uma situação comunicativa.

Bardin (2004) apresenta três etapas do trabalho com essa técnica de tratamento de dados: a pré-análise, exploração do material e interpretação inferencial. A pré-análise exige sucessivas leituras do *corpus*

recolhido para que o pesquisador possa sistematizar ideias, intuições e impressões iniciais de maneira a conduzir a uma visão do conjunto de material coletado. A exploração do material consiste em submeter o *corpus* aos seguintes procedimentos: codificação, classificação e categorização, visando alcançar os núcleos de sentido das mensagens. Através da interpretação inferencial procura-se desvelar os sentidos e significados inerentes ao conteúdo daquele quadro comunicacional. Nesse sentido, para proceder a análise, após a coleta das informações, foram registradas todas as observações e sínteses da leitura dos documentos.

O segundo momento foi dedicado à construção de quadros temáticos para explicitar e captar as unidades de sentido do *corpus*. De acordo Bardin (2004) com a captação e explicitação, ou interpretação, desses significados chega-se às categorias. Para a autora:

[...] categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, que reúnem um grupo de elementos unidades de registro, no caso da análise de conteúdo, sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (BARDIN, 2004, p. 146).

A categorização materializa as impressões do pesquisador frente do material obtido na coleta de informação, reflete sua forma de organizar e agrupar os dados, mediante sua criatividade e compreensão (SZYMANSKI, 2008). Em suma, a análise de conteúdo, nesta pesquisa, foi uma ferramenta necessária para compreender como se caracterizam as práticas pedagógicas inclusivas, no interior da Escola Luz do Sol.

4. RESULTADOS

A Escola Luz do Sol (nome fictício) localizada na Sétima Regional - Guararapes funcionava em dois prédios: um principal (que era patrimonial) e um alugado. O acesso à escola era bastante diversificado: ônibus, metrô, transporte alternativo e carro. Ficava em rua asfaltada, bastante arborizada, contava com orelhões (telefones públicos), empresas comerciais, escolas particulares e igrejas de diversas denominações.

A escola dispunha de dois portões: o principal era utilizado por professores, funcionários e demais pessoas; o segundo estava localizado

em uma rua lateral, sem asfalto e sem calçada. O segundo portão dava acesso ao carro que transporta a merenda e aos demais funcionários da Prefeitura, que prestavam algum serviço à Escola. Por esta via lateral, era possível chegar ao prédio do Anexo, onde funcionava parte da Instituição, localizada em outra rua.

A rua principal era asfaltada, mas não existia calçada, havia, apenas, um espaço (com areia/barro) entre o asfalto e o muro da escola. Além disso, a parada de ônibus não era muito próxima da entrada da escola. Tais condições dificultavam os deslocamentos de todas as pessoas que transitavam pela escola.

Em relação ao bairro, convém informar que a maioria das casas residenciais eram de alvenaria, o que demonstrava pertencerem a uma população de classe média alta. De certa forma, era uma área que apresentava um entorno com um comércio bem desenvolvido, além do quartel do Corpo de Bombeiros, cartórios, a Câmara dos Vereadores, um *Shopping Center*, postos de gasolina e a sede da Prefeitura Municipal, contando ainda, com iluminação e saneamento. Pode-se chegar aos Montes Guararapes - uma das atrações turísticas da cidade - à Estrada da Batalha e a outras áreas da região metropolitana, através dos acessos locais.

A fundação da Escola Luz do Sol ocorreu em 13 de agosto de 1979 e sua denominação foi inspirada em uma pessoa, que atuava no quadro político da cidade e faleceu de forma trágica, pois apresentava denúncias das irregularidades existentes no comércio da região, especificamente, na administração das feiras livres. Assim, o então prefeito da cidade, sensibilizado pela coragem e pelos serviços prestados à comunidade, lhe prestou uma homenagem simbólica, inaugurando a instituição de ensino, à qual deu seu nome.

Inicialmente, a escola teve em seu projeto educacional ações voltadas para as séries iniciais, tornando-se depois uma instituição de grande porte, com o objetivo de atender às comunidades circunvizinhas e de outros bairros para garantir o direito à educação dos alunos nas classes dos anos iniciais e finais de Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Face ao crescimento da população, foi necessário ampliar os espaços físicos da Instituição, o que exigiu do Município a aquisição de outro prédio para viabilizar a demanda da comunidade. Assim, a Escola Luz do Sol tem um Anexo, que funcionava no horário da tarde, nas instalações de um colégio particular do Município. É pertinente salientar que a unidade de ensino também se modernizou e utilizou a linguagem das

redes sociais através de *blog* e *e-mail*. A partir de 2010, com a gestão do Governo Municipal (2009-2012), distribuiu *notebooks* aos professores e gestores na rede de ensino.

No ano em que a pesquisa foi desenvolvida, a instituição atendia a uma demanda de um mil e trezentos alunos, que estão matriculados em três turnos: manhã, tarde e noite. No período da manhã, das 7h30 às 11h30, funcionavam nove salas de aula destinadas aos anos iniciais de Ensino Fundamental, com trezentos e vinte (320) alunos. No período da tarde, das 13h30 às 17h30, atendia aos anos finais, de 5ª a 8ª séries, com quatrocentos e dez (410) alunos na sede e duzentos e trinta (230) alunos no anexo. No turno da noite, das 18h40 às 22h, existiam oito salas de aula, que atendiam aos anos finais de Ensino Fundamental e à Educação de Jovens e Adultos, com duzentos e trinta (230) alunos.

Em relação ao número de alunos com deficiência, matriculados na sede e no Anexo da Escola, tinham-se um total de quinze educandos, com os seguintes tipos de deficiência: um com baixa visão; um com autismo; dois com Síndrome de Down; um deficiente físico; um auditivo; quatro com deficiências intelectuais e quatro com deficiências múltiplas. Desse total, treze alunos frequentavam e eram inclusos no Atendimento Educacional Especializado - AEE, na sala multifuncional, em horário diferente do da sala de aula no ensino regular.

Conforme análise do Projeto Político Administrativo- Pedagógico - PPAP (terminologia usada pelo Sistema de Ensino), a comunidade usuária dessa escola é constituída por uma população de baixo poder econômico, vinda do interior do estado de Pernambuco. Este processo migratório sinaliza a necessidade de realização de mudanças em referentes à qualidade de vida dessa população. As comunidades que fazem parte da escola são oriundas do Córrego da Batalha, Aritana e Ki-Boi e a população se constitui de comerciantes, empregadas domésticas e trabalhadores do comércio informal.

Segundo informações contidas no PPAP (2012), a comunidade demonstrava a seguinte expectativa em relação à escola: ensino de qualidade, ampliação do espaço físico, ampliação do número de matrículas, implantação do Ensino Médio e de curso de informática.

Ainda de acordo com o documento citado, as dificuldades pedagógicas são decorrentes de: ausência dos pais no acompanhamento escolar dos filhos; salas de aula com um grande número de alunos; dificuldades de leitura, compreensão e escrita de textos; professores desmotivados; dificuldade de aprendizagem na área de Matemática.

Quanto às dificuldades administrativas, poderiam ser, pelo menos, diminuídas com: melhoria na infraestrutura do espaço escolar; realização de eventos culturais e encontros pedagógicos; implantação dos horários para os encontros do Conselho de Integração Socioeducativo (CISE); envolvimento dos atores sociais na participação do Conselho Escolar.

A escola reafirma seus princípios educacionais, baseando-se na busca da superação da desigualdade social e no respeito ao ser humano e na construção do conhecimento, que contribua para a formação de cidadãos bem preparados e informados, capazes de refletirem de forma crítica sobre o mundo em que vivem e de darem sua contribuição para melhorá-lo. Considera, ainda, sua missão: assegurar o ensino de qualidade, desenvolvido em ambientes agradáveis, nos quais haja o respeito e a valorização do educando, de forma a garantir a sua permanência na Escola.

A escola tinha como objetivo geral promover um ensino de qualidade, que primava pela formação humana, pelo desenvolvimento social e cultural dos atores sociais, a partir de uma prática pedagógica sedimentada no conhecimento, no contexto histórico, nos direitos e deveres sociais dos cidadãos.

Os objetivos específicos elencados no Projeto Político Administrativo Pedagógico sinalizam: a promoção da melhoria da prática pedagógica por meio de incremento das atividades interdisciplinares; uma educação voltada às questões sociais e políticas; o envolvimento da família no acompanhamento dos alunos nas atividades escolares e eventos socio-culturais. As referências colocadas pela escola, no sentido de promover a educação da pessoa com deficiência, três critérios merecem destaque.

O primeiro surge no início da *apresentação do projeto*, ao se anunciar que a escola oferta a Educação Básica ao aluno e oportuniza práticas de esportes, arte, música, xadrez e a participação em projetos como: laboratório de língua estrangeira, laboratório de informática, projeto de leitura integrado à biblioteca e atendimento educacional especializado. O segundo faz menção, no item do *histórico escolar* que se oferece à comunidade: laboratório de língua inglesa, sala de informática, biblioteca, sala de atendimento educacional especializado ao aluno com deficiência. O terceiro aspecto sobre a educação da pessoa com deficiência se apresenta nos *objetivos específicos*, expressos da seguinte forma: acolher o aluno com deficiência, com professor de apoio, incluindo-o no ensino regular; implementar a sala de recursos multifuncionais para melhor atendimento aos alunos com deficiência.

Diante do exposto, as estratégias para o atendimento à pessoa com deficiência são bastante fragmentadas no Projeto Político Administrativo Pedagógico (PPAP), que era um documento elaborado pela Escola. No âmbito da legislação brasileira, nenhum documento fazia referências à Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Nas metas e nas estratégias, o AEE era, simplesmente, esquecido no bojo das discussões e das necessidades de efetivação e de ampliação do serviço educacional. Em suma, uma análise do projeto pedagógico da Escola Luz do Sol em relação à pessoa com deficiência anunciava alguns elementos, que foram analisados no decorrer do estudo das práticas.

Em 2011, a sala de recursos multifuncionais se organizou e iniciou seu trabalho com os atendimentos aos alunos com deficiência, matriculados na escola e em outras instituições da Rede Municipal de Ensino. A professora que atuava na sala era formada em Letras, com especialização em Educação Especial e Mestrado em Linguística, realizado em instituição pública. Ingressou na rede de ensino através de concurso público.

No registro de observação utilizado para registrar os materiais existentes, que são utilizados pela professora e discentes foi possível constatar, que alguns recursos para esse atendimento, que são oriundos do Ministério da Educação, foram extraviados na escola, especificamente da sala da gestão. Os recursos existentes nessa sala podem ser agrupados da seguinte forma: *equipamentos e mobiliários; materiais e equipamentos específicos para deficiência visual; apoio para orientação e mobilidade; recursos audiovisuais; materiais didáticos pedagógicos.*

A escola dispunha dos seguintes *equipamentos e mobiliários*: computador; um aparelho de tevê com agenda 29'; um DVD; um par de fones de ouvido; uma mesa redonda com quatro cadeiras; duas mesas para computador e impressora, quatro armários. No entanto, não existiam os instrumentos: impressora a laser; *scanner*; toca-fita (gravador); notebook; adaptador de campainha; cadeira para digitador; quadro melancólico branco.

Quanto aos *materiais e equipamentos específicos para deficiência visual* existiam: uma punção; um soroban; quatro luvas individuais. E, na sala, não existiam instrumentos que eram considerados indispensáveis, por exemplo: regletes de mesa; guias de assinatura; bengalas; globo terrestre adaptado; impressora *Braille* de pequeno porte; máquinas de datilografia *Braille*; lupa eletrônica.

Com relação ao material destinado para *apoio para orientação e mobilidade*, havia apenas uma cadeira de rodas. Além disso, não foram

encontrados na Instituição outros recursos, tais como: identificação nas portas em diferentes linguagens multicomunicação; identificação de funcionários; sinalização com setas para indicar os vários ambientes da unidade escolar; texturas nas paredes para direcionar aos espaços; piso podotátil de alerta e direção; paredes e chão em cores, contrastes adequados; pré-bengala; bengala longa e muletas.

No que se refere aos *recursos audiovisuais*, estavam disponíveis: um material de estudo apresentado em diferentes texturas, formas, temperaturas, contornos, alto relevo e pesos. Não existia o aparelho de amplificação sonora individual e a escola também não conta com intérprete de língua de sinais e o guia-intérprete.

A sala de recursos multifuncionais dispunha ainda de *material didático pedagógico, em quantidade* relevante para o uso com os alunos. Destacam-se: uma bandinha rítmica; um material dourado; dois esquemas corporais; uma memória de numerais; um tapete de alfabeto de encaixe; um software de comunicação alternativa; um sacolão criativo; cinco quebra-cabeças sobrepostos (sequência lógica); um dominó de associação de ideias; um dominó de frases. Porém não existiam os seguintes materiais: dominó de animais e frutas em língua de sinais; conjunto de lupas manuais; dominó com textura; plano inclinado para leitura.

Durante a pesquisa, foram identificados os seguintes recursos: quatro DVDs em libras; dois ventiladores de parede; uma barra de medidas; um dominó de formas geométricas; dois cubos de encaixe; um jogo chinês; um aparelho de ar condicionado (sem instalar); quatro abecedários visuais; um abecedário maiúsculo; um tapete EVA (letras); duas maletas de jogos de memória.

É relevante salientar que os materiais (não encontrados na sala de recursos multifuncionais) foram disponibilizados pelo MEC, portanto, pode-se afirmar que foram extraviados na unidade de ensino, antes da implementação do atendimento especializado aos educandos com deficiência.

Convém ressaltar, que nem todos os materiais que estavam na sala e os que foram extraviados faziam parte do projeto AEE idealizado pelo MEC. A configuração foi fruto do que já foi referido: a falta de manutenção do prédio escolar, particularmente da sala de aula. Ainda foi possível constatar outras irregularidades no local, por exemplo: pintura das paredes danificadas por infiltrações, não instalação do aparelho do ar-condicionado e a não reposição dos materiais que foram extraviados.

Em geral, as salas da Escola Luz do Sol - prédio Sede - possuíam problemas em relação ao mobiliário e à estrutura física do prédio. Havia, ainda, mais uma carência: não existia sala para as aulas de música, o que impossibilitava o funcionamento da banda de música marcial. Todas estas carências eram agravadas pela ausência de profissionais, devidamente, habilitados para atender este público específico.

O prédio Anexo, alugado pela Prefeitura, no qual funcionava parte da Escola, dispunha de estrutura física bem mais conservada que a da Sede. A estrutura inicial deste Anexo tem sua origem em um patrimônio particular, de uma pessoa com vínculo religioso. Por isso, são visíveis as marcas dessa arquitetura de cunho cristão, ao se adentrar no local.

No entanto, há pontos negativos que devem ser enfatizados, tais como: dificuldade de acesso, pois ficava distante da Sede, cerca de 200 metros e faltava manutenção nos espaços internos e externos. Por exemplo: os servidores **não podiam** utilizar o fogão, que existia na cozinha, **nem podiam** usar a geladeira e o filtro de água. Por determinação das gestoras da escola, os professores **não podiam** usar a sala que era destinada para eles.

Das nove salas que eram utilizadas pelo Município, seis estavam localizadas na parte superior do prédio. Desse total, três eram destinadas ao Ensino Fundamental - anos iniciais: uma sala para primeira série e duas salas para segunda série; uma sala para contar história e para apresentação de filmes; duas salas são destinadas para uma turma da quinta e outra para a sexta série.

Existiam seis banheiros, duas pias utilizadas por meninos e meninas, em situação regular de limpeza e higiene. Também os dois banheiros utilizados pelos professores estavam em bom estado de conservação. A quadra de esportes era coberta e estava sendo usada para a recreação do Ensino Fundamental - anos iniciais, entre outras atividades escolares de esportes. As salas de aula eram grandes, com telhas aparentes e piso em cimento rústico. Tinham ventiladores, armários, quadro branco, murais, basculantes, iluminação. Havia um espaço para os professores e a Coordenação, com bebedouro, um aparelho de ar condicionado, um armário. Outro espaço foi cedido para o Projovem Urbano, a fim de guardar materiais como livros e aparelhos de TV. Existia um bebedouro coletivo, exposto em uma área coberta da escola, próximo a um espaço para recreação.

Acrescenta-se, ainda, que para as crianças do Ensino Fundamental, anos iniciais, as salas de aula no piso superior inspiravam cuidados com o

acesso, pois a escada era muito inclinada e estava fora dos padrões das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), NBR 9050 de 31.05.2004. As cadeiras não eram adequadas, as instalações elétricas eram precárias e havia falta de ventilação. Em suma, o prédio anexo da Escola Luz do Sol também apresentava dificuldades materiais e administrativas, embora em menor escala do que as do prédio Sede.

Para o início do ano letivo, a organização da Escola Luz do Sol implementou várias ações junto aos setores administrativo e pedagógico. Em nível administrativo, pôde-se constatar a renovação das matrículas para os educandos da própria instituição de ensino e outras demandas da comunidade. A secretaria da escola voltava-se para o atendimento aos pais ou responsáveis, a fim de atender as solicitações de transferências e histórico escolar dos discentes. O setor administrativo era responsável pelo encaminhamento dos pais à sala de recursos multifuncionais, para legitimar as matrículas dos alunos com deficiência no Atendimento Educacional Especializado.

No começo do ano letivo, a intenção do trabalho inicial na escola era conferir e aprofundar informações coletados no segundo semestre. Esta atividade nos pareceu simples, no entanto, se tornou muito trabalhosa. Coletar informações sobre o número de alunos com deficiência matriculados, como também outros dados relevantes em relação à prática inclusiva, exigia dos pesquisadores um exercício de paciência, humildade e dedicação. Percebia-se que nem tudo podia ser disponibilizado quando se planejava. Afinal, eram muitos atores envolvidos nos espaços da escola e cada um com o seu perfil profissional e formação diferente.

Durante esta fase da pesquisa, um dado chamou a atenção, no que tange ao quantitativo de alunos com deficiência matriculados na escola. Ou seja, percebeu-se que a responsabilidade da renovação das matrículas não era só da secretaria escolar, mas da professora do Atendimento Educacional Especializado - AEE. Este fato se confirmou quando se indagou sobre o quantitativo de alunos matriculados. Logo, foi preciso aguardar o retorno da professora do AEE para se iniciar o mapeamento dessas informações. Tudo indicava que a própria organização interna destes educandos, no âmbito da instituição, seja na sede ou no Anexo, estava centralizado no setor especializado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a legislação educacional e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) definem a Educação

Especial como modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, cujo princípio orientador é a inclusão.

À luz dessas considerações, a Secretaria Executiva de Educação, Núcleo de Educação Especial, adota como princípio basilar que todas as crianças, independentemente de sua etnia, gênero, classe social ou características individuais, têm o direito de estar, permanecer e aprender na escola de maneira exitosa. A convicção de que a educação é construída por indivíduos e coletividades, que criam e recriam seus espaços e suas culturas, fortalece os princípios norteadores da Educação e da Educação Especial.

Assumindo tal concepção, a escola pública é um espaço, que possibilita a cada pessoa fortalecer sua autonomia, a partir de vivências coletivas. Assim, os princípios da educação especial devem estar assentados na construção de um paradigma que rompa com o modelo de escola burocrática, da normalidade, distanciada das dinâmicas culturais, dos processos sociais e políticos, bem como dos direitos humanos.

As intencionalidades que vinham norteando a implementação das políticas públicas do município de Jaboatão dos Guararapes-PE para a Educação Especial objetivavam: assegurar a educação como um direito, articulado à garantia dos direitos fundamentais e afirmar a escola pública como espaço desse direito; reconhecer que a pessoa humana é um ser com potencialidade; considerar a política educacional no processo de aprendizagem nas escolas; valorizar as inovações e o uso das modernas tecnologias como instrumentos pedagógicos e de gestão; garantir, na escola pública, uma educação de qualidade social, com dignidade; considerar a cultura como a grande matriz do conhecimento; reconhecer e respeitar a diversidade étnico-racial, cultural, religiosa, de livre orientação sexual, de gênero e de pessoas com deficiência.

Os eixos que fomentavam as inter-relações entre o Governo Federal, Estadual e Municipal para a Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, tinham o seguinte objetivo: incrementar o desenvolvimento das políticas públicas de educação no sentido de garantir o acesso à educação e permanência na escola com dignidade. Por conseguinte, deveriam ser asseguradas as condições básicas, necessárias à implementação dos processos de ensino e de aprendizagem.

Corroborando com as ideias supracitadas, o Município do Jaboatão dos Guararapes, em sua proposta curricular, reafirmava que a educação deveria estar pautada na percepção crítica da sociedade, com seus

problemas, valores, objetivos e ideias. A proposta preconizava o estabelecimento de:

[...] uma relação dialógica, no intuito de efetivar diretrizes educacionais pela socialização de suas convicções políticas, pelo compartilhar das tradições culturais e pela expressão de suas múltiplas formas de sentir, pensar e agir no mundo contribuindo, assim, com a formação de um espaço educativo no qual se respeite o direito de falar, opinar, ser solidário e participativo (JABOATÃO, 2011 b, p. 15).

Em relação à Educação Especial, a proposta curricular reiterava seus princípios, pressupondo a superação de uma formação desigual, segregativa e desumana. Considerava que a escola deve ser um lugar para a convivência democrática e construção da cidadania. Consequentemente, o conhecimento, a formação, as práticas pedagógicas e a avaliação fundiam-se para garantir o processo de humanização do sujeito capaz de intervir na realidade.

Considerando o período da pesquisa, pode-se, afirmar, que as aplicações das políticas públicas municipais no setor do atendimento educacional especializado se aproximam, em parte, dos princípios estabelecidos pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (DNEE) - 2001. Convém ressaltar, que a Educação Especial deve ser organizada nos Sistemas de Ensino sobre o tripé: direito de preservação da dignidade humana; busca de identidade; e exercício da cidadania. Desta forma, será possível superar a dicotomia existente entre a legislação e a realidade escolar.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e atualizada. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, LDA, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. 1988. (05/10/1988). Disponível em: < www.senado.gov.br/legislacao>. Acesso em: 22-maio-2012.

BRASIL. **Lei Nº. 9.394/96**, de 20/12/1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed>>. Acesso em: 22-maio-2012.

BRASIL. **Lei Nº. 8.069/90**, de 13/ 6/1990, dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente. Disponível em: <<http://www.dataprev.gov.br/sislex>>. Acesso em: 22-maio- 2012.

BRASIL. **Decreto Nº 6.571/2008**, de 17/09/2008, da Presidência da República, dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regula-menta o parágrafo único do Art. 60 da Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto Nº. 6.253, de 13 de novembro de 2007. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 22-maio-2012.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB**, Nº 4 de 02/10/ 2009, Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica, institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne>>. Acesso em: 12-jun-2014

BRASIL. **Resolução CNE/CEB**, Nº 2 de 11/09/2001, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC: SEESP, 2001. Disponível em: <portal.mec.gov.br> Acesso em: 12- jun-2014.

BRASIL. **NOTA TÉCNICA / SEESP/GAB/Nº 11/2010**, de 07/05/2010, esta-belece orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares.

BRASIL. **NOTA TÉCNICA / SEESP/GAB/Nº 9/2010**, de 09/04/ 2010, estabe-lece Orientações para a Organização de Centros de Atendimento Educacional Especializado. Disponível em: <mec.gov.br/politicaeducacional>. Acesso em: 13-jun-2012.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. MEC: SEESP, Brasília, 2007. Disponível em: <mec.gov.br/politicaeducacional>. Acesso em: 13-jun-2012.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília, 2 ed: Liber Livro, 2005.

JABOATÃO DOS GUARARAPES. PREFEITURA MUNICIPAL. SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO. **Plano Municipal de Educação - Educação** (2011 – 2020), 2011.

JABOATÃO DOS GUARARAPES. PREFEITURA MUNICIPAL. SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO. **Proposta Curricular – Educação**. JABOATÃO DOS GUARARAPES (PE): 2011.

JABOATÃO DOS GUARARAPES. PREFEITURA MUNICIPAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **De Raízes a Frutos**: na busca de saber viver um programa de Ensino Democrático de 1989 – 1992. Produção e Organização Oficina do Saber. Maio, 1992.

JABOATÃO DOS GUARARAPES. PREFEITURA MUNICIPAL. ESCOLA LUZ DO SOL. **Projeto Político Administrativo-Pedagógico**. Escola Luz do Sol, (Mimeo) 2012.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MORAIS, R. Análise de conteúdo. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, **Revista Educação**, v. 22, n. 37, p. 7-32, Porto Alegre, 1999. Disponível em: < <http://cliente.argo.com.br>>. Acesso em: 02-ago-2012.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. S. C.; SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como ferramenta para pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Universidade Federal de Lavras (UFLA), Revista Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005. Disponível em: <<http://revista.dae.ufla.br>>. Acesso em: 28-ago-2012

SZYMANSKI, H. (Org.). **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.